



POLÍCIA CIVIL DO RN
Av. Interventor Mário Câmara, 3532 - Bairro Cidade da Esperança, Natal/RN, CEP 59070-600
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://www.policiacivil.rn.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 11910008.003452/2025-66

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **EQUIPAMENTOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL** para atender as necessidades da Polícia Civil do Rio Grande do Norte, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	01	TRENA A LASER PROFISSIONAL	402542	UNIDADE	02
	02	TOPÔMETRO (RODA DE MEDIÇÃO)	603904	UNIDADE	01
	03	TERRÔMETRO DIGITAL	609224	UNIDADE	01
	04	MULTÍMETRO DIGITAL	262174	UNIDADE	02
	05	MULTÍMETRO COM ALICATE AMPERÍMETRO DIGITAL	285325	UNIDADE	02
	06	ALICATE AMPERÍMETRO DIGITAL TRUE RMS	623915	UNIDADE	02
	07	NÍVEL A LASER	600320	UNIDADE	01
	08	TESTADOR DE TENSÃO SEM CONTATO	615306	UNIDADE	02
	9	CÂMERA TÉRMICA	457575	UNIDADE	01
	10	LUXÍMETRO DIGITAL	292388	UNIDADE	01
	11	MEDIDOR DIGITAL DE INCLINAÇÃO	217696	UNIDADE	01
	12	DETECTOR E SCANNER DE PAREDE	621638	UNIDADE	01
02	13	ESCADA ARTICULADA MULTIFUNCIONAL - 12 DEGRAUS	395521	UNIDADE	03
	14	ESCADA ARTICULADA MULTIFUNCIONAL - 16 DEGRAUS	408686	UNIDADE	02
	15	ESCADA DE ALUMÍNIO PARA PINTOR - 06 DEGRAUS	399576	UNIDADE	03
	16	ESCADA EXTENSÍVEL DE FIBRA DE VIDRO	485609	UNIDADE	01
	17	ESCADA EXTENSÍVEL DE ALUMÍNIO 13X2	277885	UNIDADE	01
	18	ANDAIME DE AÇO TUBULAR	612101	UNIDADE	08

03	19	ASPIRADOR DE PÓ E ÁGUA	388812	UNIDADE	02
	20	LAVA - JATO DE ALTA PRESSÃO	278247	UNIDADE	01
	21	COMPRESSOR DE AR TIPO MOTOCOMPRESSOR	258323	UNIDADE	02
	22	PISTOLA DE PINTURA PROFISSIONAL DE GRAVIDADE	450971	UNIDADE	02
04	23	SERRA MÁRMORE A SECO	270709	UNIDADE	01
	24	SERRA TICO - TICO	220178	UNIDADE	01
	25	ESMERILHADEIRA ANGULAR A BATERIA	628943	UNIDADE	02
	26	FURADEIRA DE IMPACTO	481181	UNIDADE	02
	27	PARAFUSADEIRA/FURADEIRA	335346	UNIDADE	01
	28	PARAFUSADEIRA/FURADEIRA DE IMPACTO	601881	UNIDADE	02
	29	LIXADEIRA PROFISSIONAL DE CINTA	601780	UNIDADE	01
	30	MICRO RETÍFICA	622772	UNIDADE	01
05	31	MOTO ESMERIL DE BANCADA	600247	UNIDADE	01
	32	TORNO/MORSA DE BANCADA	601989	UNIDADE	01
	33	MINI TORNO MECÂNICO PROFISSIONAL	446762	UNIDADE	01
	34	BANCADA DE TRABALHO	320016	UNIDADE	02
06	35	APARADOR DE GRAMA ELÉTRICO	337757	UNIDADE	01
	36	CARRINHO CORTADOR DE GRAMA ELÉTRICO	483053	UNIDADE	01
	37	CARRO DE MÃO EXTRA FORTE	453137	UNIDADE	04
07	38	BANDEJA MAGNÉTICA	218907	UNIDADE	02
	39	CAIXA SANFONADA PARA FERRAMENTAS - 5 GAVETAS	266935	UNIDADE	01
	40	CAIXA SANFONADA PARA FERRAMENTAS - 7 GAVETAS	483290	UNIDADE	01
	41	CAIXA SANFONADA PARA FERRAMENTAS - 3 GAVETAS	483289	UNIDADE	01

1.2. Em caso de discordância, entre as especificações do objeto descrito no sítio eletrônico Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br) e as especificações do objeto descrito neste Termo de Referência, prevalecerão as especificações constantes no Termo de Referência.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 32.449, de 7 de março de 2023.

1.4. Os bens, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, uma vez que o padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido por meio de especificações usuais de mercado, conforme definição prevista no inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Inicialmente, constata-se que o problema a ser resolvido consiste na necessidade de equipamentos de manutenção em geral, indispensáveis para a execução regular das atividades de manutenção preventiva e corretiva nas instalações, bens e sistemas sob responsabilidade da Administração. Tal situação compromete a capacidade operacional dos setores responsáveis, uma vez que a ausência ou precariedade desses equipamentos limita a realização de serviços essenciais.

2.2. A necessidade de enfrentamento desse problema decorre do fato de que as atividades de manutenção são fundamentais para assegurar a continuidade dos serviços públicos, a preservação do patrimônio, a segurança dos usuários e servidores, bem como o adequado funcionamento das estruturas físicas e operacionais. Sem os equipamentos apropriados, as intervenções tornam-se mais lentas, ineficientes ou, em alguns casos, inviáveis.

2.3. Caso o problema não seja resolvido, poderão ocorrer prejuízos significativos, tais como a deterioração acelerada dos bens públicos, aumento de custos com reparos emergenciais, paralisação de atividades essenciais, riscos à segurança, além da redução da eficiência administrativa e da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

2.4. Por outro lado, a resolução desse problema traz benefícios relevantes, como a melhoria da eficiência e da agilidade nas ações de manutenção, a redução de falhas operacionais, a preservação do patrimônio público, o aumento da vida útil dos equipamentos e instalações, bem como a garantia de condições adequadas de trabalho aos servidores e de atendimento à população.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo é a aquisição de EQUIPAMENTOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL para atender as necessidades da Polícia Civil do Rio Grande do Norte.

3.2. O objeto da contratação terá as seguintes especificações:

ITEM 01 - TRENA LASER

3.3.1. Faixa de medição: 0,05 m a 50,00 m (até 50 m)

3.3.2. Alimentação: 2 x 1,5 V (pilas AA)

3.3.3. Indicação da marca/modelo de referência: Marca bosch glm 50-22 professional ou similar.

ITEM 02 - TOPÔMETRO RODA DE MEDIÇÃO

3.4.1. Diâmetro da roda: 318,5 mm (o que corresponde a circunferência de 1 m)

3.4.2. Material: alumínio

3.4.3. Indicação da marca/modelo de referência: Marca bosch gwm 32 professional ou similar.

ITEM 03 - TERRÔMETRO DIGITAL

3.5.1. Categoria de segurança: CAT III 600 V

3.5.2. Faixa de medição de tensão: até pelo menos 600 V CA/CC

3.5.3. Indicação da marca/modelo de referência: Marca minipa data hold cat iii 600v mtr-1522 ou similar.

ITEM 04 - MULTÍMETRO DIGITAL

3.6.1. Categoria de segurança: CAT III 600 V

3.6.2. Temperatura de medição: -40 °C a 1000 °C aproximadamente

3.6.3. Indicação da marca/modelo de referência: Marca minipa CAT III 600V ET-2042 F ou similar.

ITEM 05 - MULTÍMETRO COM ALICATE AMPERÍMETRO DIGITAL

3.7.1. Tensão: Máx. CA 750V / CC 1000V

3.7.2. Corrente Máx. CA 1000A

3.7.3. Características adicionais: Bolsa de condicionamento

3.7.4. Indicação da marca/modelo de referência: Marca minipa ou similar.

ITEM 06 - ALICATE AMPERÍMETRO DIGITAL

3.8.1. Categoria de segurança: CAT III 600 V

3.8.2. Faixa corrente AC: até 600 A

3.8.3. Faixa tensão AC: até 600 V

3.8.4. Indicação da marca/modelo de referência: Marca minipa true rms et-3166b ou similar.

3.9. **ITEM 07 - NÍVEL LASER**

3.9.1. Alcance: 12 m; Precisão $\pm 0,8$ mm/m

3.9.2. Indicação da marca/modelo de referência: Marca bosch gll 2-12 ou similar.

3.10. **ITEM 08 - TESTADOR DE TENSÃO SEM CONTATO**

3.10.1. Faixa de detecção: 24 V-1000 V CA ou 90 V-1000 V CA.

3.10.2. Proteção IP67

3.10.3. Categoria de segurança CAT IV 1000 V

3.10.4. Indicação da marca/modelo de referência: Marca bosch gvd 1000-17 professional ou similar.

3.11. **ITEM 9 - CÂMERA TÉRMICA**

3.11.1. Faixa de medição: -20 °C a $+450$ °C. Precisão IR ± 2 °C no ponto central

3.11.2. Sensor IR 256×192 pixels

3.11.3. Indicação da marca/modelo de referência: Marca bosch gtc 450-13 professional ou similar.

3.12. **ITEM 10 - LUXÍMETRO DIGITAL**

3.12.1. Faixa de medição de iluminância: 0-200.000 Lux em 4 faixas. Precisão: $\pm 3\%$ abaixo de 10.000 Lux / $\pm 4\%$ acima de 10.000 Lux

3.12.2. Indicação da marca/modelo de referência: Marca vonder ldv2000 ou similar

3.13. **ITEM 11 - MEDIDOR DE INCLINAÇÕES DIGITAL**

3.13.1. Faixa de medição: 0° - 360° ($4 \times 90^{\circ}$). Precisão eletrônica $0^{\circ}/90^{\circ}$: $\pm 0,05^{\circ}$. Comprimento: 60 cm

3.13.2. Indicação da marca/modelo de referência: Marca bosch gim 60 l professional ou similar

3.14. **ITEM 12 - DETECTOR E SCANNER DE PAREDE**

3.14.1. Profundidade máxima de detecção: até 120 mm (metais não-magnéticos); 100 mm (metais magnéticos)

3.14.2. Indicação da marca/modelo de referência: Marca bosch gms 120-27 ou similar

3.15. **ITEM 13 - ESCADA DE ALUMÍNIO ARTICULADA MULTIFUNCIONAL - 12 DEGRAUS**

3.15.1. Dimensões: 12 Degraus (4x3), Altura máx. 3,35m

3.15.2. Características adicionais: Suporte 140kg, Alumínio

3.16. **ITEM 14 - ESCADA DE ALUMÍNIO ARTICULADA MULTIFUNCIONAL - 16 DEGRAUS**

3.16.1. Dimensões: 16 Degraus (4x4), Altura máx. 4,30m

3.16.2. Características adicionais: Suporte 140kg, Alumínio

3.17. **ITEM 15 - ESCADA DE ALUMÍNIO PARA PINTOR**

3.17.1. Dimensões: 06 Degraus, Altura útil mín. 1,70m

3.17.2. Características adicionais: Peso mínimo de 8,50kg Suporte > 110 kg, Alumínio

3.18. **ITEM 16 - ESCADA EXTENSÍVEL DE FIBRA DE VIDRO**

3.18.1. Dimensões: 38 Degraus, Altura máx. 11,00m

3.18.2. Características adicionais: Suporte 110kg, Não condutora, Degraus em Alumínio

3.19. **ITEM 17 - ESCADA EXTENSÍVEL DE ALUMÍNIO**

3.19.1. Dimensões: 13 X 2 mínimo 6,60 de altura

3.20. **ITEM 18 - ANDAIME DE AÇO TUBULAR**

3.20.1. Capacidade: 1,00 x 1,5m

3.20.2. Características: Montantes \varnothing 42,20mm x # 2,65mm; Travessas \varnothing 33,40mm x # 2,25mm; Trava \varnothing 26,70mm x # 2,25mm)

3.21. **ITEM 19 - ASPIRADOR DE PÓ E ÁGUA**

- 3.21.1. Tensão: 220V
- 3.21.2. Potência: Mín. 1200W
- 3.21.3. Capacidade: 18 Litros
- 3.21.4. Características adicionais: Todos acessórios

3.22. **ITEM 20 - LAVA JATO DE ALTA PRESSÃO**

- 3.22.1. Tensão: Monofásico 220V
- 3.22.2. Potência: Mín. 2000W
- 3.22.3. Indicação da marca/modelo de referência: Marca wap

3.23. **ITEM 21 - COMPRESSOR DO TIPO MOTOCOMPRESSOR**

- 3.23.1. Tensão: Monofásico 220V
- 3.23.2. Potência: 2 HP
- 3.23.3. Capacidade: 8,5 Pés, 25 Litros
- 3.23.4. Características adicionais: Bico Soprador e Mangueira Espiral
- 3.23.5. Indicação da marca/modelo de referência: schulz

3.24. **ITEM 22 - PISTOLA DE PINTURA DE GRAVIDADE**

- 3.24.1. Capacidade: Bico 1,4mm, 600ml
- 3.24.2. Indicação da marca/modelo de referência: Evald hvlp 1,4 mm 600 ml evpphvp600-1b

3.25. **ITEM 23 - SERRA MÁRMORE A SECO**

- 3.25.1. Tensão: 220V
- 3.25.2. Potência: Mín. 1300W
- 3.25.3. Características adicionais: Kit de Refrigeração
- 3.25.4. Indicação da marca/modelo de referência: Marcas bosch, makita ou dewalt

3.26. **ITEM 24 - SERRA TICO-TICO**

- 3.26.1. Tensão: 220V
- 3.26.2. Potência: Mín. 450W
- 3.26.3. Capacidade: Corte Madeira Mín. 65mm, Mín. 3100 GPM

3.27. **ITEM 25 - ESMERILHADEIRA ANGULAR A BATERIA**

- 3.27.1. Tensão: Bivolt (Carregador)
- 3.27.2. Capacidade: 4.1/2", 18V
- 3.27.3. Características adicionais: 2 Baterias (mín. 4Ah) e Carregador
- 3.27.4. Indicação da marca/modelo de referência: Marcas bosch, makita ou dewalt

3.28. **ITEM 26 - FURADEIRA DE IMPACTO**

- 3.28.1. Tensão: 220V
- 3.28.2. Potência: Mín. 760W
- 3.28.3. Capacidade: Mandril 1/2"
- 3.28.4. Características adicionais: Kit Brocas (mín. 30 un.) para Madeira e Aço
- 3.28.5. Indicação da marca/modelo de referência: Marcas bosch, makita ou dewalt

3.29. **ITEM 27 - PARAFUSADEIRA/FURADEIRA 1/2''**

- 3.29.1. Tensão: 12V
- 3.29.2. Amperagem mínima da bateria: 2,0 Ah (íon de lítio)
- 3.29.3. Características adicionais: Maleta para transporte
- 3.29.4. Indicação da marca/modelo de referência: Marcas bosch, makita ou dewalt

- 3.30. **ITEM 28 - PARAFUSADEIRA/FURADEIRA DE IMPACTO**
- 3.30.1. Capacidade: 1/2", 18V (Bateria)
- 3.30.2. Características adicionais: Carregador, 2 Baterias, Maleta, Kit Acessórios (brocas, soquetes e bits mín. 30 un.)
- 3.31. **ITEM 29 - LIXADEIRA PROFISSIONAL DE CINTA**
- 3.31.1. Tensão: 220V
- 3.31.2. Potência: Mín. 720W
- 3.31.3. Características adicionais: Área Mín. Cinta: 75 x 350mm
- 3.32. **ITEM 30 - MICRO RETÍFICA**
- 3.32.1. Potência: 500W
- 3.32.2. Características adicionais: Maleta e Acessórios
- 3.33. **ITEM 31 - MOTO ESMERIL DE BANCADA**
- 3.33.1. Potência: 1 HP (735W)
- 3.33.2. Capacidade: 6 Polegadas
- 3.34. **ITEM 32 - TORNO/MORSA DE BANCADA**
- 3.34.1. Capacidade: 5 Polegadas
- 3.34.2. Características adicionais: Base Giratória, com Bigorna
- 3.35. **ITEM 33 - MINI TORNO MECÂNICO**
- 3.35.1. Tensão: 220V
- 3.35.2. Potência: 550W
- 3.35.3. Capacidade: 500mm
- 3.36. **ITEM 34 - BANCADA DE TRABALHO**
- 3.36.1. Capacidade: 1,50 x 0,60 Metros
- 3.36.2. Características: Tampo em Madeira, Base Reforçada, 2 Gavetas
- 3.37. **ITEM 35 - APARADOR DE GRAMA ELÉTRICO**
- 3.37.1. Tensão: 220V
- 3.37.2. Potência: 1000W
- 3.37.3. Capacidade: Diâmetro 280
- 3.37.4. Indicação da marca/modelo de referência: Marcas STIHL ou TRAPP
- 3.38. **ITEM 36 - CARRINHO CORTADOR DE GRAMA ELÉTRICO**
- 3.38.1. Tensão: 220V
- 3.38.2. Potência: 1800W
- 3.38.3. Indicação da marca/modelo de referência: Marca trapp si 350 1800w
- 3.39. **ITEM 37 - CARRO DE MÃO EXTRA FORTE**
- 3.39.1. Capacidade : 60 Litros, Chapa 20, Galvanizado
- 3.39.2. Características adicionais: Extra Forte, Chassi em Aço, Pneu e Câmara de Ar
- 3.40. **ITEM 38 - BANDEJA MAGNÉTICA IMANTADA**
- 3.40.1. Capacidade: Retangular, 270 x 292mm
- 3.40.2. Características adicionais: Em Aço Inox
- 3.41. **ITEM 39 - CAIXA SANFONADA**

3.41.1. Características: Em Metal, para ferramentas com 5 Gavetas

3.42. **ITEM 40 - CAIXA SANFONADA PARA FERRAMENTAS 7 GAVETAS**

3.42.1. Características: 7 Gavetas, Alças Fixas

3.43. **ITEM 41 - CAIXA SANFONADA PARA FERRAMENTAS 3 GAVETAS**

3.43.1. Características: 3 Gavetas, Alças Fixas

4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. **SUSTENTABILIDADE**

4.2. Observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade inseridos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.3. Considerar a utilização de materiais e produtos que sejam ambientalmente sustentáveis, priorizando aqueles com menor impacto ambiental em sua produção, uso e descarte.

4.4. **SUBCONTRATAÇÃO**

4.5. **Não será admitida a subcontratação do objeto contratual**, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

4.5.1. Justificativa: A vedação à subcontratação justifica-se pela natureza estratégica dos bens a serem adquiridos. O objetivo é assegurar a responsabilidade direta e integral da Contratada por todo o fornecimento, incluindo a qualidade, rastreabilidade e garantia dos produtos entregues. A proibição visa garantir o controle máximo da Administração sobre a conformidade e as especificações técnicas dos bens, essenciais para o uso a que se destinam, conforme permitido pelo art. 121 da Lei nº 14.133/2021 em aspectos técnicos e econômico-financeiros.

4.6. **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

4.7. **Não será exigida garantia** de execução contratual nesta contratação, em conformidade com o art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

4.7.1. Justificativa: Considerando a natureza, o valor e o risco reduzido associado ao objeto contratado, a exigência de garantia contratual não se justifica neste caso. O objeto possui entrega imediata ou de curta duração, com baixo grau de complexidade e impacto financeiro, não havendo risco relevante de inadimplemento que comprometa o interesse público ou a continuidade dos serviços da Polícia Civil. Dessa forma, opta-se por não impor ônus excessivos ao contratado, incentivando maior competitividade e economicidade ao processo.

4.8. **DA JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

4.9. **Não será exigida qualificação econômico-financeira** nesta contratação.

4.9.1. Justificativa: A decisão de não exigir qualificação econômico-financeira nesta contratação foi tomada para promover a competitividade e a celeridade do processo. A ausência dessa exigência facilita a inclusão de pequenas e médias empresas, o que resulta em propostas mais vantajosas e evita a restrição indevida da concorrência. Além disso, a dispensa dessa qualificação contribui para a agilidade do processo.

4.10. **DA JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

4.11. **Não será exigida qualificação técnico-operacional** nesta contratação.

4.11.1. Justificativa: Tem como principal benefício a acessibilidade ao mercado, pois permite a participação de pequenas e médias empresas. Isso estimula a concorrência, resultando em propostas mais vantajosas para a administração pública. A ausência dessa exigência também contribui para a celeridade no processo de contratação, possibilitando respostas mais rápidas a demandas urgentes. Além disso, a presença de certificações e garantias nos produtos já assegura a qualidade necessária, dispensando a necessidade de uma comprovação técnica adicional por parte das empresas.

4.12. **DO ÍNDICE DE REAJUSTE DO CONTRATO**

4.13. A escolha do índice "IPCA" se justifica pelos devidos fundamentos:

4.13.1. Justificativa: O IPCA é considerado o principal indicador da inflação no Brasil, refletindo as variações de preços de uma ampla cesta de bens e serviços consumidos pelas famílias. Ao utilizá-lo, busca-se garantir que o valor contratual acompanhe a variação geral dos preços da economia, preservando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Além disso, é um índice de fácil compreensão e aplicação, o que facilita os cálculos de reajuste e a análise dos impactos financeiros dos contratos.

4.14. **DA AQUISIÇÃO EM LOTE (NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO)**

4.15. Haverá, nesta contratação, a junção dos itens para a formação de lote.

4.15.1. Justificativa: A separação dos itens em lotes, conforme suas semelhanças técnicas e finalidades de uso, mostra-se a solução mais viável sob os aspectos técnico, operacional e econômico. O agrupamento de equipamentos compatíveis e com funções correlatas facilita a participação de fornecedores especializados, amplia a competitividade e contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

4.16. **JUSTIFICATIVA PARA INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS**

4.17. Haverá, nesta contratação, a indicação de Marcas/Modelo, conforme art. 41, inciso I, da Lei 14.133/2021:

(...)

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - **indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado**, nas seguintes hipóteses:

- a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;
- b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;
- c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;

d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;

4.18. Serão objeto de indicação de marca/modelo, exclusivamente como referência, os seguintes itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 35 e 36.

4.18.1. Justificativa: A indicação de marca ou modelo para os itens acima relacionados será realizada exclusivamente a título de referência, nos termos da alínea *d*, tendo em vista que a identificação de marcas ou modelos amplamente reconhecidos no mercado permite melhor compreensão do objeto a ser licitado e das características técnicas mínimas exigidas no caso concreto. Tal medida visa conferir maior precisão à descrição do objeto, especialmente quanto aos requisitos de desempenho, qualidade, compatibilidade e funcionalidade, sem prejuízo à competitividade do certame.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. **CONDIÇÕES DE ENTREGA:**

5.2. Os bens poderão ser entregues de forma parcelada, mediante solicitação da contratante, durante o período da vigência do contrato, a contar da data de sua assinatura.

5.3. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens, emitida pelo fiscal do contrato.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

5.5. **SETOR DE PATRIMÔNIO**, localizado no seguinte endereço: Av. Interventor Mário Câmara, 3532 - Complexo Logístico da Cidade da Polícia Civil - Cidade da Esperança, Natal - RN, 59060-400, em horário comercial de segunda a sexta-feira, exceto os feriados.

5.5.1. Conforme conveniência do Contratante, o local de entrega poderá ser diverso ao citado acima, o qual será informado na Ordem de Serviço de Fornecimento de Bens, juntamente com a sua justificativa de mudança.

5.6. A contratante deverá informar a data de entrega dos bens com 02 (dois) dias de antecedência, para que o setor responsável possa se organizar quanto ao recebimento do objeto.

5.6.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.7. Fica a cargo do fornecedor todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.8. **DA GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:**

5.9. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Atuarão como Gestores e Fiscais deste contrato os seguintes servidores:

- I. Gestor do Contrato (titular): FELIPE CÉSAR SILVA DE ARAÚJO, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 243.975-1;
- II. Gestor do Contrato (suplente): SÁSKIA SANDRINELLI GUEDES DE ARAÚJO LIMA HERMES, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 219.787-1;
- III. Fiscal do Contrato (titular): MARILENE CARDOSO DA SILVA, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 98.855-3;
- IV. Fiscal do Contrato (suplente): KLEBER LOPES CAMPELO, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 194-351-0.

6.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e

das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.8. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, III);

6.8.1. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, II);

6.8.2. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, X);

6.8.3. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.

6.9. O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências.

6.9.1. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

DO RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO

7.8. A Nota Fiscal, Recibo ou documento de cobrança equivalente, serão emitidos pelo contratado, os quais deverão ser enviados para o e-mail: **protocolo@policiacivil.rn.gov.br**, ou outro e-mail fornecido pelo pelo Gestor ou Fiscal do contrato.

7.9. Recebido o documento de cobrança, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização quanto à inadimplência do contratado.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

PRAZO DE PAGAMENTO

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

FORMA DE PAGAMENTO

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado;

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, sob a forma **DISPENSA ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

8.3. A base legal da contratação em tela é o art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

8.4. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.4.1. Para fins de habilitação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos:

8.5. HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.6. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.7. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.8. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.9. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.11. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.13. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.14. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 2º, §3º do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023](#).

8.15. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.17. **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

8.18. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.19. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.20. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.22. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.23. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.24. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.25. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020 e Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 61.924,94 (sessenta e um mil novecentos e vinte e quatro reais e noventa e quatro centavos)**.

9.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

9.3. O valor estimado foi aferido através de Pesquisa Mercadológica, conforme os seguintes documentos:

- Pesquisa de Preços - Mapa Comparativo de Preços: (Sei nº 39013454);
- Relatório Complementar: (Sei nº 39013695).

10. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios, e está de acordo com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

10.2. A dotação orçamentária e a fonte de recursos serão informadas, de forma mais detalhada, pela Diretoria de Planejamento e de Finanças - DPFIN em momento oportuno.

11. **RESPONSÁVEIS**

ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

JEORDAN RODRIGUES

Equipe de Planejamento da Contratação



Documento assinado eletronicamente por **Jeordan Oliveira Fausto Rodrigues, Agente de Polícia Civil**, em 13/03/2026, às 09:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38375979** e o código CRC **6D56CE35**.

Referência: Processo nº 11910008.003452/2025-66

SEI nº 38375979